

Chamadas de fixos podem baratear

Brasília - A partir de domingo, as chamadas dos telefones fixos para os municípios vizinhos ficarão mais baratas para consumidores de 587 municípios. Estas ligações deixarão de ser cobradas como interurbanas e passarão a ter a mesma tarifa das chamadas locais. A estimativa da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) é de uma redução de 60% no custo da ligação, mas vai depender do plano de serviço contratado pelo assinante. Entre as cidades da região beneficiadas estão Alvorada, Araricá, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Capela de Santana, Dois Irmãos, Estância Velha, Esteio, Gravataí, Igrejinha, Ivoti, Montenegro, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Parobé, Portão, Porto Alegre, Rolante, Santo Antônio da Patrulha, São Leopoldo, São Sebastião do Sul, Sapiranga, Sapucaia do Sul e Taquara. A medida é de maio e fixava 180 dias para entrar em vigor.

Terremoto de 5,5 graus assusta na Itália

Roma - Um forte terremoto foi sentido ontem, por volta das 19h10 locais (15h10 no horário de Brasília), no centro da Itália, inclusive em Roma. O sismo, de magnitude 5,4, foi registrado a 9 km de profundidade na região de Macerata, em Marche (centro), segundo o instituto italiano de geofísica e vulcanologia. A região atingida pelo tremor fica próxima das aldeias arrasadas em 24 de agosto passado por outro forte terremoto, que deixou 300 mortos. Segundo o canal de notícias RAI News, a eletricidade das zonas afetadas foi interrompida e várias pessoas saíram às ruas em Pescara, Ancona, Arezzo, onde houve pânico. Em Roma, as portas e janelas de vários edifícios tremeram, o que fez muitas pessoas abandonarem escritórios e residências. Até o fechamento da edição, não havia relatos sobre vítimas ou um balanço sobre os danos causados. (AFP)

Temer, Cármen, Maia e Renan terão reunião

Brasília - O presidente Michel Temer confirmou que vai se reunir amanhã com os presidentes do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, para discutir segurança pública. O encontro poderia não ocorrer após o clima de mal-estar entre Renan e Cármen Lúcia criado depois que ambos fizeram críticas públicas e discordaram sobre a atuação da Justiça ao determinar a prisão de policiais legislativos durante operação da Polícia Federal no Senado. (ABR)

STF julgará em novembro se réus podem ficar na linha sucessória

Brasília - A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, marcou para o dia 3 de novembro o julgamento que definirá se réus em ações penais podem estar na linha sucessória da Presidência da República. A ação foi apresentada pela Rede Sustentabilidade em maio. Logo depois que o tribunal transformou em réu o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), hoje cassado e preso na Operação Lava Jato.

Há expectativa no mundo político de que, se o STF impedir réus de integrar a linha su-

cessória, a regra seja aplicada ao presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). O problema é que ele ainda não é réu em ação penal, embora responda a 11 inquéritos no STF. O senador já foi denunciado em um dos inquéritos, que foi liberado para a pauta de julgamentos da Corte. A data ainda não foi marcada. Se o plenário concordar com a denúncia, Renan será transformado em réu em uma ação penal.

Para a nova regra ser aplicada a Renan, caso seja aprovada, o julgamento da denúncia precisa ocorrer antes de



SENADOR: Renan responde a 11 inquéritos na Corte

fevereiro de 2017. Isso porque o mandato dele na presidência do Senado termina em fevereiro. Depois disso, ele já não estará incluído

na linha sucessória. Ministros do STF acreditam que Cármen Lúcia não pautará a denúncia contra Renan antes disso. (Agência O Globo)

Justiça Federal abre processo contra Cunha e Alves por desvios no FI-FGTS

Brasília - O juiz Vallisney de Souza Oliveira, da 10ª Vara Federal de Brasília, acolheu a denúncia contra o ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), o ex-ministro Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) e o operador Lúcio Bolonha Funaro, entre outros acusados de envolvimento em desvios do Fundo de Investimento (FI) do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), administrado pela Caixa Econômica Federal. O juiz abriu processo contra Cunha e os demais acusados a partir de uma denúncia apresentada pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, ao Supremo

Tribunal Federal (STF). Com a perda de foro de Cunha, a ação passou a tramitar na 10ª Vara.

Cunha é acusado de comandar um esquema de cobrança de propina em obras financiadas com recursos do FGTS. Pela denúncia, o ex-deputado exigia 1% do valor de cada contrato. Só como desvios de recursos do Porto Maravilha, ele teria recebido R\$ 52 milhões, segundo delação do empresário Ricardo Pernambuco. Conforme a denúncia, o suborno era repartido entre Cunha, Funaro e Fábio Cleto, um dos ex-vice-presidentes da Caixa responsável, em parte, pela movimentação



SAIBA MAIS

A denúncia conta com documentação que relata as operações junto à Caixa Econômica Federal e os dados bancários de contas no exterior, planilhas, recibos e anotações feitas por alguns dos acusados, além de depoimentos a título de colaboração premiada de Fábio Cleto e depoimento de outros investigadores e testemunhas, como Ricardo Pernambuco.

dos recursos do FI do FGTS. Cleto foi nomeado para uma das vice-presidências da Caixa a partir de indicação de Cunha e Alves.

Pela denúncia, Alves também era destinatário de propinas do esquema. Só em um dos casos, o ex-deputado teria recebido R\$ 1,6 milhão depositados para ele numa conta no exterior. A

acusação, lastreada em informações da Suíça, acabou levando à demissão do ex-deputado do comando do Ministério do Turismo. A partir das acusações do Ministério Público (MP), Vallisney acolheu denúncia contra Fábio Cleto e o empresário Alexandre Margotto, também suspeito de envolvimento nas fraudes. (Agência O Globo)

Cartão de crédito: juro chega a 480,3%

Brasília - A taxa de juros do cheque especial continuou a subir em setembro. Segundo dados do Banco Central (BC), divulgados ontem, a taxa do cheque especial subiu 3,8 pontos percentuais, de agosto para setembro, quando chegou a 324,9% ao ano, estabelecendo novo recorde na série histórica do BC, iniciada em julho de 1994. Neste ano, a taxa do cheque especial já subiu 37,9 pontos percentuais em relação a dezembro de 2015, quando estava em 287% ao ano. Outra taxa de juros que voltou a registrar recorde foi a do rotativo do cartão de crédito. O rotativo é o crédito tomado pelo consumidor quando paga menos que o valor integral da fatura do cartão. Em setembro, na comparação com agosto, houve alta de 5,3 pontos percentuais, com a taxa em 480,3% ao ano, a maior da série iniciada em março de 2011. (ABR)

Municípios do RS de olho na repatriação

Porto Alegre - Prefeitos gaúchos estão ansiosos para receber nos próximos dias os recursos da repatriação. A verba é tratada pelos gestores como uma espécie de salvação para o fechamento de contas dos municípios, que atravessam uma grave situação de crise financeira. De acordo com o último balanço divulgado pelo Ministério da Fazenda, já foram regularizados pelos contribuintes cerca de R\$ 110 bilhões até segunda-feira passada. Com a cobrança de imposto e multa sobre o montante repatriado, pelo menos R\$ 33 bilhões entrarão nos cofres públicos da União, dos Estados e dos municípios. A Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs) estima que, como o prazo para o reingresso dos valores termina em 31 de outubro, a receita para os municípios do Rio Grande do Sul pode chegar a R\$ 412 milhões.

Fies: cerca de 790 mil ainda não renovaram

Brasília - Mais de 710,7 mil estudantes renovaram os contratos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), de acordo com balanço do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), até o início da tarde de ontem. No total, cerca de 1,5 milhão de contratos devem ser aditados, o que significa que 790 mil ainda não acessaram o sistema. O prazo para renovação termina na segunda-feira. O pedido de aditamento é feito pelas instituições de educação superior. Em seguida, os estudantes devem validar as informações. (ABR)

OAB/RS convoca gaúchos a se mobilizarem pela criação da CPI da Segurança Pública

Porto Alegre - A Ordem dos Advogados do Brasil no Rio Grande do Sul (OAB/RS) está convocando a sociedade civil para se engajar na luta pela implantação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o destino dos recursos na área de segurança pública e eventuais ações indevidas ou omissas. A ideia do encontro, que ocorre nesta quinta-feira, a partir das 10 horas, no 14º

andar, é de que as entidades assinem o requerimento da CPI para ser encaminhado à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. A ideia da medida surgiu no Colégio de Presidentes, encontro entre as 106 subseções, que foi realizado na última sexta-feira. Como deliberação, foi realizada a moção de repúdio das 106 subseções, representando os mais de 100 mil advogados do Esta-

do, contra a situação caótica da segurança pública do Estado. Também foi acordada a realização de audiências públicas nas subseções para conhecer a realidade local no tema e decidido que a OAB/RS também irá provocar uma CPI na Assembleia Legislativa para investigar o governo do Estado sobre a omissão e saber onde estão sendo investidos os recursos para a área.

O presidente da OAB/

RS, Ricardo Breier, defende que a segurança pública seja uma política de Estado e não de governo. "Estamos cansados de que cada governo eleito crie a sua política. Temos que pensar em bases sólidas, para que cada governador que sente naquela cadeira respeite o mínimo de princípios de segurança pública, se comprometa e entenda que essa é uma área coletiva", destaca Breier.